

Volume
31/1

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Acervos: Diferentes suportes de memória

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Mauricio Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Interinstitucional: *Vinícius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

Núcleo de Documentação História da UFPel -**Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristedu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos Educacionais

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

História em Revista - Publicação do Núcleo de Documentação Histórica - Profa. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristedu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janete Espig

Prof. Dr. Jornas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U., Universidad de los Andes, Santiago, Chile

Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPel)

Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)

Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)

Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)

Profa. Dra. María Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Ma. Ângela Beatriz Pomatti (Museu de História da Medicina do RS), Dra. Lorena Almeida Gill (NDH-UFPel) e Dra. Véra Lúcia Maciel Barroso (Arquivo Histórico do CHC - Centro Histórico-Cultural Santa Casa Porto Alegre)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Trabalho de higienização de acervo do NDH-UFPel. Fonte: Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Pareceristas ad hoc: Dra. Adriana Fraga da Silva (FURG); Dra. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS); Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM); Dra. Cassia Silveira (UFRGS); Dr. Charles Monteiro (PUCRS); Dra. Cíntia Vieira Souto (UFRGS/MP-RS); Dra. Claudira do



UFPEL



Socorro Cirino Cardoso (Secretaria de Educação do Pará); Dr. Cristiano Henrique de Brum (FIOCRUZ); Dra. Daiane Brum Bitencourt (UFRGS/PUCRS); Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT); Dra. Daniele Gallindo (UFPEL); Dra. Elis Regina Barbosa Angelo (UFRRJ); Dra. Jaqueline Hasan Brizola (FIOCRUZ); Dra. Letícia Brandt Bauer (UFRGS); Dra. Maíra Ines Vendrame (UFPEL/UFJF); Dra. Márcia Regina Bertotto (UFRGS); Dr. Marcos Witt (Instituto Histórico de São Leopoldo - RS); Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC); Dra. Mariseti Cristina Soares (UFT); Dra. Mariluci Cardoso Vargas (PNUD/MDHC/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL); Dr. Rejane Silva Penna (Arquivo Histórico do RS); Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPLAC); Dr. Tiago da Silva Cesar (UFRPE/UNICAP); Dr. Willian Junior Bonete (UFPEL)

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böttge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böttge

Catalogação – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böttge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueiredo Alves, Alicie Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/1
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-

770

Fone: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Simone Godinho Maisonneuve – CRB 10/1733

Biblioteca de Ciências Sociais – UFPEL

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Acervos : Diferentes suportes de memória) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.1, jan. 2026. – Pelotas: UFPEL/NDH, 2026 – 484 p. ; 18,1 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Museus

CDD: 907



Filiada à ABEU

O ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ (PORTUGAL, 1595-2025): 430 ANOS DE HISTÓRIA

THE ARCHIVE OF THE SANTA CASA DA MISERICÓRDIA OF ARCOS DE VALDEVEZ (PORTUGAL, 1595-2025): 430 YEARS OF HISTORY

Liliana Andreia Valente Neves

Doutora em História pela Universidade do Minho, na especialidade de História Moderna e com título de Doutoramento Europeu, e com um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Atualmente, integra o grupo de investigadores História Social e Norte e é membro colaborador do Lab2PT/UMinho. É autora de vários capítulos de livro e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais e tem participado em diversos seminários e Congressos em Portugal e no estrangeiro.

E-mail: tulipa.lili@live.com.pt

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0941-7841>

Resumo. Os arquivos das Misericórdias constituem importantes instrumentos a História Social, em Portugal, no período moderno e contemporâneo. Com uma ampla difusão por todo o território nacional e acervos documentais que abrangem os últimos quinhentos anos, através das Santas Casas é possível encontrar registada uma parte significativa dos quotidianos das comunidades e analisar não apenas as camadas populacionais mais desfavorecidas, mas também as elites. A Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, com 430 anos de existência, possui um arquivo notavelmente bem conservado, que espelha as várias fases da sua instituição, desde os primórdios até à atualidade. Mais do que um simples repositório de documentos, o arquivo da Misericórdia de Arcos de Valdevez é uma verdadeira memória viva da comunidade local. Ele revela as relações entre os benfeiteiros e os beneficiários, o papel das confrarias, a gestão dos bens e o compromisso constante da instituição em dar cumprimento às 14 obras de Misericórdia.

Palavras-chave. Arcos de Valdevez. Acervos documentais. Arquivos. Misericórdias.

Abstract. The archives of the Misericórdias constitute important sources for Social History in Portugal during the modern and contemporary periods. With their wide diffusion throughout the national territory and documentary collections spanning the last five centuries, the Santas Casas provide valuable records of the everyday lives of communities, allowing for the analysis not only of the most disadvantaged social groups but also of the elites. The Santa Casa da Misericórdia of Arcos de Valdevez, with 430 years of existence, possesses a remarkably well-preserved archive that reflects the various stages of its institution, from its beginnings to the present day. More than a mere repository of documents, the archive of the Misericórdia of Arcos de Valdevez is a true living memory of the local community. It reveals the relationships between benefactors and beneficiaries, the role of confraternities, the management of assets, and the institution's constant commitment to fulfilling the 14 Works of Mercy.

Key words. Arcos de Valdevez. Archives. Document collections. Misericórdias.

História em Revista, Volume 31, n. 1, jan./2026, pg. 111 a 128

Artigo recebido em 14/10/2025. Aprovado em 26/10/2025

Dossiê Acervos: Diferentes suportes de memória

Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/about>

Introdução

Em Portugal, o alvorecer da Época Moderna trouxe novidades, desde a introdução de novas culturas agrícolas até à fundação das Misericórdias. Estas viriam a ter, nos séculos seguintes, um forte impacto. Foi no ano de 1498 que a viúva Rainha D. Leonor, irmã do então monarca português, D. Manuel I, fundou a primeira Santa Casa da Misericórdia, na cidade de Lisboa, com o objetivo de dar cumprimento às 14 obras de Misericórdia, sete corporais e sete espirituais. Longe se estaria de pensar na longevidade e amplitude social que estas instituições viriam a adquirir nos 500 anos seguintes.

De proteção régia, e suscitando o interesse das elites locais na ocupação dos seus corpos administrativos, estas instituições rapidamente se propagaram por todo o território nacional. Esse é considerado um dos fatores preponderantes para o sucesso e difusão das Santas Casas de Misericórdia, em Portugal, assim como nos territórios que, no passado, integraram o território português, como o Brasil, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Macau, assim como o Estado da Índia.¹ Mais recentemente, na década de 1990, foram criadas pela diáspora portuguesa as Misericórdias do Luxemburgo e de Paris, o que revela a importância social que estas instituições continuam a deter no auxílio às populações.

Ao longo dos seus quinhentos anos de existência, as Misericórdias portuguesas foram praticando diversas atividades, fazendo a gestão de hospitais, igrejas, assim como de outros bens edificados. Por esse motivo, atualmente, as Misericórdias são detentoras de um importante património arquitetónico, artístico, medico-farmacêutico, assim como arquivístico, possuindo museus, bibliotecas e acervos documentais importantes para uma melhor compreensão dos séculos passados.

A par disso, continuam ativas socialmente. Uma parte significativa destas instituições gere, atualmente, lares de idosos, creches, infantários, hospitais, cantinas sociais, clínicas de consultas ou exames. Continuam, no entanto, a manter a sua identidade de irmandade, mantendo vivas ações culturais e religiosas, como são as procissões da Semana Santa ou garantindo a continuidade das celebrações eucarísticas nas suas igrejas.

Do ponto de vista arquivístico, estas instituições são de grande preponderância. Tendo sido um elevado número de Misericórdias fundadas no período moderno, e estando presentes em grande parte dos atuais concelhos portugueses, estas instituições guardam séculos de história local, que nos permitem conhecer a evolução do território.

Através do arquivo das Misericórdias, temos a oportunidade de perceber as dinâmicas sociais das populações locais. Falamos de várias camadas populacionais, como são os estratos sociais mais baixos, os pobres, os órfãos, os enfermos, os peregrinos ou os defuntos; assim como das elites, que ocupavam os principais cargos de poder, como eram os oficiais camarários, notários, advogados, médicos, licenciados,

¹ Note-se que as Misericórdia que existiam no Estado da Índia, se encontram, atualmente, desativadas. A propósito das Misericórdias nestes territórios consulte-se (Sá, 2006, p. 86-112).

entre outros. Conseguimos, igualmente, estudar os assalariados e as condições de trabalho, como acontecia com os enfermeiros, hospitaleiros, capelães ou até cozinheiros, lavadeiras e alugadores de bestas. Além disso, as Misericórdias permitem-nos estudar histórias de sucesso, de indivíduos que saíndo das camadas populares conseguiram vingar e enriquecer, acabando por deixar importantes legados e doações a estas instituições. Desta forma, o estudo das Santas Casas permite-nos perceber histórias de pobreza e miséria, mas também histórias de grandes fortunas, através das doações e legados que administraram. Uma parte significativa destas fortunas foram deixadas por emigrantes, que procuravam as Misericórdias para continuar a beneficiar as suas almas, mesmo após a morte (Ferraz, 2014, p. 272-332).

A Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez e seu arquivo

A Misericórdia de Arcos de Valdevez encontra-se em funcionamento há 430 anos, tendo sido fundada, muito provavelmente, cerca de 1595, ano em que surge referência à sua existência no mais antigo documento que se conserva no seu cartório (Ramos, 2015, p. 88-89; Afonso, 2022, p. 28-36).

Durante os últimos quatrocentos anos passou por vários momentos marcantes, como foi a construção da igreja, do cemitério, a administração do pequeno hospital de S. José, assim como do importante legado deixado pelo Abade de Cabreiro (Ramos, 2015, p. 305-351).

113

Figura 1. Igreja e Casa do Consistório da Santa Casa de Misericórdia de Arcos de Valdevez



Fonte. https://www.visitarcos.pt/pages/1076/?geo_article_id=4775, consultado a 29 de setembro de 2025.

A fachada da igreja da Misericórdia arcuense, que podemos observar na figura 1, foi refeta na primeira metade do século XVIII, quando a primitiva fachada ameaçava ruína. Sabemos que no anterior frontispício existia um nicho, localizado sobre a porta principal do templo, onde se encontrava uma imagem esculpida em pedra, representativa da Virgem da Misericórdia, a qual era alvo imensa devoção por parte dos arcuenses, possuindo, inclusive, tesoureiros e livros próprios para assentar as suas receitas e despesas. Aquando da requalificação da fachada, em estilo barroco, foi decidido construir um altar para a então denominada "Senhora da Porta". Esse altar localizava-se no Coro Alto, e estava voltado para o exterior. Nesse local podiam ser celebradas eucaristias, às quais os crentes assistiam a partir do exterior da igreja (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez (doravante ASCMAV), *Livro de Termos 1726-1754*, fl. 26v). Trata-se de um altar em estilo barroco joanino e constitui, atualmente, uma das principais joias da igreja.

Mas não era só a igreja que se encontrava com necessidades de requalificação. Também o hospital de S. José apresentava sérios problemas, em meados do século XVIII. No ano de 1746 a Mesa Administrativa dava conta de que era com grande escândalo que

[...] vivião muntas mulheres recolhidas na caza do espitäl com capas de pobres, amancebadas e em tudo o mais mal procedidas armando bulhas, quazi todas as noites, acudindo por varias vezes o capellão mor e vezinhos para as sossegar e couzando vários distúrbios com homens que no dito espitäl recolhem, sendo somente para recolhimento de pobres, doentes, e aleijados, todos bem procedidos obrigação com que foi deixado a esta Santa Mizericordia [...] (ASCMAV, *Livro de Termos 1726-1754*, fls. 83v.-84).

114

Além destas mulheres de mau viver, havia também, «pessoas que andavam censuradas pella igreja». Pelo que a Misericórdia decidiu tomar uma posição e

[...] expulsou fora todas pessoas que nelle estavão de mao viver e procedimento e se entregarão as chaves ao irmão do mês com a condição de que não recolha no dito espitäl senão pobres passageiros por tempo de tres dias, e vendo alguma pobre que sirva para alguma serventia da caza recolherce no espiral sera com apreciação da Meza [...] (ASCMAV, *Livro de Termos 1726-1754*, fls. 83v.-84).

Contudo o estado de ruína do hospital manteve-se. Não era caso único. Vários hospitais administrados por Misericórdias foram-se debatendo, ao longo do período moderno, com um estado de degradação elevado, como foi o caso do de Caminha (Pinto, 2015, p. 105-108).

No ano de 1769, os irmãos da Misericórdia arcuense reconheciam que o hospital precisava de uma cozinha, assim como de uma varanda para curativo dos enfermos, «[...]

por constar o dito Hospital de hua só caza e esta era precisa para enfermaria para homens e outra caza contingua para mulheres [...]» (ASCMAV, *Livro de Termos 1769-1788*, fls. 1-1v.). Sabemos, por exemplo, que o hospital de Barcelos, em 1796, era composto por quatro salas, uma cozinha e um outro cômodo com doentes, com uma varanda toda à volta (Neves, 2023, p. 314). O arejamento das enfermarias era muito importante, assim como a exposição ao sol, para evitar a propagação das doenças.² No entanto, o referido hospital mostrava-se pequeno, pelo que em 1799 a irmandade barcelense decidiu, igualmente, iniciar a construção de um novo espaço para acolher os doentes (Neves, 2023, p. 315).

Alguns anos mais tarde, a Misericórdia arcense mandava colocar portas novas no hospital, feitas em madeira de castanho e com almofadas, revestir o corredor inferior de pinho, assim como o seu banco e os frisos guarnecidos. Ordenava-se, igualmente, que se forrasse em castanho a enfermaria das mulheres, tal como os seus respetivos bancos, frisos e guarnição. Mandaram também trocar o soalho das salas por um de oliveira.

Nesta época, já o hospital contava com a sua própria botica. Sabemo-lo, pois, a Mesa Administrativa também aí interveio, mandando que na «logea» do hospital se fizesse um tabuleiro ou janela, «onde presentemente se acha a botica para melhor claridade della, com tranqueiros apilaradoz» (ASCMAV, *Livro de Termos 1769-1788*, fls. 127v.-128). As reformas feitas no velho hospital de S. José, em finais do século XVIII, ajudariam o edifício a manter-se ativo nos 100 anos seguintes.

Este núcleo primitivo da Misericórdia arcense foi o primeiro espaço onde se produziram e guardaram os seus documentos. Portanto, foi o primeiro arquivo da instituição. Aí se produziram os primeiros livros de atas, assim como de receita e despesa e eleições, documentação que nos permite aceder aos ritmos quotidianos da confraria; além disso, conserva, também, para este período, livros do cofre, escrituras e tombos que permitem conhecer os bens e propriedades da instituição; livros de enfermos e defuntos que revelam os assistidos da confraria; e livros de heranças, legados, capelas e missas, sendo de destacar os livros respeitantes à herança do Abade de Cabreiro, um importante legado deixado à instituição, assim como os livros dos tesoureiros de Nossa Senhora da Porta e da Capela de Nossa Senhora da Humildade (Ramos e Afonso, 2009, p. 13-55; Ramos, 2015; p. 253-255).

Através dos livros de atas verificamos que, ao longo do século XVIII, a confraria estava consciente da importância do seu cartório e dos riscos que este corria. Em 1738 apontava-se a necessidade de existirem inventários, para evitar que se perdessem livros e documentos (ASCMAV, *Livro de Termos 1726-1754*, fl. 49). E a mesma questão era levantada em 1786. Preocupava a falta de livros e papeis importantes para a irmandade.

² Esta questão era uma das grandes preocupações da Misericórdia de Guimarães, em finais do século XVIII, quando na travessa em frente à do seu edifício, se construíram casas que seriam mais altas, pelo que retirariam o sol e o arejamento ao mesmo. Foram, então, convocados os médicos locais para avaliarem os perigos dessa construção e concordaram que da insalubridade resultante da nova construção poderiam originar-se surtos epidémicos (Neves, 2023, p. 312-313).

Note-se que neste período a instituição administrava legados, emprestava dinheiro a juro, possuía vários prazos e escrituras ativas, sendo necessário fazer um controlo sobre os seus bens, o que se tornava impossível perdendo os documentos que comprovavam os seus direitos (ASCMAV, *Livro de Termos 1769-1788*, fls. 178v.- 179). Esta consciência da importância do cartório surge na documentação de várias instituições, ao longo do período moderno. Essas preocupações são um dos principais motivos pelos quais estas confrarias foram zelosas, dos seus acervos, resultando na sua conservação permanente, apesar de algumas perdas e descuidos (Araújo, 2007, p. 357-358; Araújo, 2013, p. 101-122; Araújo, 2024, p. 12-17; Fernandes, 2024, p. 46-71).³

Do ponto de vista arquivístico, as preocupações da Misericórdia arcoense atravessaram para o século XIX. No ano de 1818, a Mesa Administrativa reconhecia a desorganização do arquivo e a necessidade de reparar os armários da casa do consistório, colocando-lhes estantes, para guardar os acervos. Ordenou-se, também, que se fizessem cópias das escrituras mais antigas para que se compreendesse o seu conteúdo, uma vez que algumas já se tornavam ilegíveis. Desta forma, procurava-se proteger os direitos da instituição. Mas não se descurava a preservação dos documentos antigos, ou das escrituras e prazos já extintos. Esses, a Mesa mandava-os encadernar e guardar (ASCMAV, *Livro de Termos 1816-1831*, fl. 29v.).

O novo hospital e a atenção ao Arquivo

116

Decorridas várias décadas do século XIX, o progresso e a modernidade pareciam chegar à vila de Arcos de Valdevez. Note-se que para isso terá contribuído, também, a forte emigração que houve deste território para o Brasil, onde os emigrantes contactaram com realidades modernas, comparativamente àquelas que deixavam para trás, nas suas terras natais. E foi precisamente na década de 70 do século XIX que a Misericórdia arcuense considerou ser o momento para construir um novo hospital. O pequeno e velho edifício hospitalar que administrava já não se mostrava capaz. A decisão de construir um novo hospital acarretaria consigo um ponto de viragem para a Santa Casa de Arcos de Valdevez, e como comprovam as atas das Mesas, concentraria a atenção dos mesários nas três décadas seguintes.

No ano de 1879, a irmandade arcuense decidiu indagar os provedores das Misericórdias minhotas para perceber a capacidade dos seus hospitais:

[...] Provedor de Barcelos diz no seu ofício que não excede a 40 o número máximo de doentes em movimento diário no hospital de Barcelos e que o movimento anual é de 400 e 500; o Provedor de Viana responde que o número máximo de doentes no movimento diário do hospital de Viana não tem excedido o número de 50 doentes e o seu movimento anual é de 320; o Provedor de Valença responde com movimento máximo de doentes no hospital de Valença que tem atingido ao número de 41 movimento anual calcula-se entre 400 e 500 [...] O provedor da misericórdia de Ponte de Lima

³ Vejam-se, por exemplo, os armários da Santa Casa de Montemor-o-Novo (Fonseca, 2024, p. 72-85).

ainda se não dignou responder [...] (ASCMAV, *Livro de Termos 1769-1788*, fl. 26).

Segundo os ofícios dos provedores das Santas Casas minhotas, os seus hospitais tinham capacidade para cerca de 40 a 50 doentes diários, pelo que a Mesa considerou que o hospital arcuense deveria ter capacidade para admitir 30 doentes diariamente.

Nesse mesmo ano, a instituição recebeu 300 mil réis, ofertados pelo coronel Luís da Silva Gomes, natural da freguesia de Guilhadeses, mas emigrado no Brasil. A doação aconteceu aquando de uma visita que o referido coronel realizou à sua mãe, e a soma doada foi destinada ao hospital da Misericórdia. A gratidão dos irmãos da Mesa, dada a avultada oferta, era evidente

[...] não esquecendo nunca estas frequentes causas da sua Terra e da sua mocidade que fazem grande o indivíduo em todas as fases da sua vida. A estada deste varão justo e bom nas terras do Brasil não lhe fez esquecer a grande voz do seu lar que tantas vezes o chamava para junto de si porque a memória dos seus atos de caridade nessas longínquas terras bradava bem alto e faria nutrir a esperança de que difundiria no torrão que lhe foi berço a mesma caridade que é o brasão mais doirado da nobreza neste mundo podendo o mesmo ilustre varão ter a certeza de que com as bênçãos de sua mãe irão enlaçadas as lágrimas de todo este concelho que são de profundíssima saudade e de enternecido agradecimento [...] (ASCMAV, *Livro de Actas 1896 a 1914*, fls. 11v.-12).

Mas o caso do coronel Luís da Silva Gomes não foi único. Foram vários os arcuenses que tendo feito sucesso no Brasil decidiram usar parte dos seus bens para ajudar à construção do novo hospital da Misericórdia de Arcos de Valdevez, e que, como reconhecimento, viram os seus retratos serem adicionados à galeria dos benfeiteiros. Entre eles encontramos os irmãos Gonçalves Roque, ou seja, o Visconde de Sistelo e o seu irmão Visconde do Rio Vez. Este último apetrechou o hospital, em 1886, com 40 lençóis, 24 toalhas e 20 cobertores (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fl. 137v.-138). Mas a atuação destes dois indivíduos foi mais longe, pois na década de 1880 serviram como intermediários da Misericórdia arcuense, no Brasil, auxiliando-a a resgatar algumas heranças. Fizeram-no com o legado deixado por João Bento de Sousa, falecido na cidade de Estâncio, cujos trâmites do resgate exigiram gastos num montante que atingiu os 600.444 mil réis, em «moeda fraca», que o Visconde de Sistelo custeou a suas expensas, em benefício do novo hospital de S. José (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fls. 29-29v., 39, 42v., 57). Foram, igualmente, intermediários, no resgate do legado, em apólices da dívida pública brasileira, deixado por Guilherme Joaquim Nogueira, também falecido no «Império do Brasil» (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fls. 29-29v., 39, 42v., 57).

O Barão de Cametá, António Bento Dias de Melo, também considerado o «Rei da Borracha», que tendo partido de Arcos de Valdevez, fizera fortuna em Belém do

Pará, deixou, no ano de 1894, 80 mil réis, destinados à construção do novo hospital de S. José. E, poucos anos depois, em 1902, Rodrigo Lopes Brito, natural de Gondoriz, legou, também, ao hospital da Misericórdia arcuense 6 contos de réis, em moeda brasileira. A doação tinha, no entanto, uma obrigação. A irmandade obrigava-se a dar, diariamente, 200 réis a Joaquim Camilo Lopes de Brito, irmão do doador, enquanto este fosse vivo (ASCMAV, *Livro de Actas 1896 a 1914*, fls. 11v.-12, 25, 51).

No ano de 1884, uma parte do novo hospital estava já concluída e era suficiente para receber os doentes que estavam no antigo edifício. O provedor e a Mesa administrativa consideravam urgente transferir os enfermos para as novas instalações, «com mais vantagem higiénicas e comodidades incontestáveis» (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fls. 102v-103, 107v.). Além disso, concordaram em vender o hospital velho à Câmara Municipal, pelo valor de 2 contos de réis, para que esta pudesse dar continuidade à rua que ligaria o Largo da Misericórdia ao Campo dos Trasladário (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fls. 102v-103, 107v.). Ordenavam, também, que era necessário fazer um novo regulamento, embora não houvesse tempo de este estar concluído no imediato, pelo que temporariamente prevaleceria no novo hospital o regulamento do velho (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fls. 107v., 114v.-115). Havia, igualmente, necessidade de escolher o pessoal para a enfermaria, pelo que uma comissão, composta pelo provedor, secretário e tesoureiro mor, elegeu as Irmãs Hospitaliras pelo «[...] seu provado desvelo e carinho com que tratam os enfermos nos hospitais aonde exercessem e tem ministério que para isso já tinham vindo a esta vila [...]» (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fl. 107v.).

A tarefa acabou por ser entregue, em abril de 1885, a quatro irmãs hospitaliras da ordem de São Francisco de França. O número de quatro era uma «exceção à regra», pois a congregação não permitia que em cada hospital estivessem menos de cinco enfermeiras (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fl. 113). A escolha da Mesa Administrativa pelas Irmãs Hospitaliras da Ordem de S. Francisco de França, deveu-se ao facto de estas irmãs não receberem dinheiro para o seu sustento, e pedirem apenas como alimentação «caldo e arroz ou favas [...] apenas exigem a roupa precisa e um hábito no fim do ano» (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fl. 113). Além disso, pediam esmolas para o sustento dos enfermos, o que para a confraria arcuense era «da máxima conveniência».⁴

Contudo a mudança dos enfermos e a demolição do antigo hospital levantava um problema. O farmacêutico do hospital velho, João Francisco Alves, tinha contrato com a Misericórdia, comprometendo-se esta a dar casa para a farmácia. No entanto, estando o novo hospital inacabado, não havia lugar para albergar a farmácia, e por isso o farmacêutico que «fornecia o receituário interno do hospital», via-se obrigado a alugar uma casa para guardar todo o material (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fl. 118v.).

⁴ Note-se que esta opção se revelava bastante económica, principalmente tendo em conta que o enfermeiro do hospital velho levava anualmente 18.500 réis, pelo seu serviço (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fl. 113).

Figura 2. O novo Hospital de São José

Fonte. Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez.

Em funcionamento durante cerca de 100 anos, o hospital de S. José contou com a presença das Irmãs Hospitaleiras até à década de 70 do século XX, quando por Decreto-Lei passaram para a tutela do Estado. Contudo, a criação dos Centros de Saúde do Estado. Em 1980 o edifício era novamente devolvido à instituição, após o Estado construir o edifício do atual Centro de Saúde, na cerca do hospital da Misericórdia, tendo para o efeito indemnizado a instituição (Arieiro, 2008, p. 101-108; Sútil, 2024, p. 40-48).

Além do hospital de S. José, ao longo do século XX, a Misericórdia arcuense administrou o seu primeiro asilo para velhos, o Asilo Soares Pereira, na freguesia de Prozelo, terra do seu benfeitor, José António Soares Pereira, assim como um lar para jovens órfãs, para cujo efeito Manuel Cerqueira Gomes deixou o seu palacete e respetiva quinta. Estes dois legados remontam às décadas de 1920-1930.

José António Soares Pereira era um arcuense, natural de Prozelo, que tendo emigrado para o Rio de Janeiro aí fez fortuna. Preocupado com a sua terra natal, deixou o seu palacete para que, na aldeia de onde partira, se fizesse uma escola, destinada para alfabetizar as crianças. Por outro lado, deixou, também, uma importante soma de dinheiro à Misericórdia de Arcos de Valdevez para que esta adquirisse um terreno e aí construisse um asilo para idosos. O terreno devia ser na sua freguesia, Prozelo, e o asilo teria como rendimento dívida pública brasileira (Afonso, 2014, p. 38-43).

Figura 3. Lar Soares Pereira, na Freguesia de Prozelo



Fonte. Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. https://www.cmav.pt/pages/1178?poi_id=617, consultado a 29 de setembro de 2025.

120

Por seu lado, Manuel Cerqueira Gomes, que vivia e faleceu na cidade do Porto, deixou à Misericórdia de Arcos de Valdevez a quinta e o palacete de que era proprietário no referido concelho. E com o palacete deixou, também, todo o recheio que se encontrava no seu interior, o que incluía pianos, mas também, loiças, mobiliários e a sua própria biblioteca pessoal através da qual percebemos que Cerqueira Gomes, era um homem do seu tempo. Na sua coleção de livros encontramos, por exemplo, 20 exemplares da obra de Camilo Castelo Branco. Tratam-se das primeiras edições das referidas obras.

Figura 4. A Casa Cerqueira Gomes

Fonte. Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez.

Com a modernidade das recentes instalações hospitalares surgiam, também, novas preocupações com o arquivo. Se antes era a desorganização, o extravio e a necessidade de acondicionamento da documentação, agora outros fatores se juntavam. Os mesários revelavam-se preocupados com os danos causados pelos tumultos no período nas Invasões francesas, que causaram a perda dos livros da confraria que se encontravam no cartório pessoal de um dos irmãos (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fl. 6v).⁵ Em 1888 a preocupação da irmandade passava por armazenar a documentação e os bens mais valiosos da instituição num local onde ficassem em segurança, no caso de haver um incêndio. Para o efeito puseram-se em cima da mesa duas alternativas: construção de uma caixa-forte, resistente ao fogo, ou aquisição de um cofre de ferro (ASCMAV, *Livro de Actas 1878-1896*, fls. 172, 175v.-176).

O Arquivo da Santa Casa nos séculos XX e XXI: novos desafios

O século XX trouxe, do ponto de vista arquivístico, novos desafios. O novo hospital tinha uma grande dimensão e tornou-se um importante produtor de documentação. Além disso, provavelmente em sequência de obras de restauro na igreja

⁵ Vários acervos documentais foram afetados no período das invasões francesas, fruto das destruições provocadas (Araújo, 2003-2004, p. 461-473; Lopes, 2011a, p. 11-45; Lopes, 2011b, p. 229-333).

e na Casa do Consistório, toda a documentação da instituição acabou armazenada no hospital de S. José.

Mas a viragem do milénio ditou uma terceira fase para a instituição, um momento que marcou uma expansão significativa. Foi neste período que surgiu o Lar Vila Gerações, um lar residencial para idosos, ao que se seguiram unidades de cuidados continuados de curta, média e longa duração, assim como creches e infantários, centro de atividades diurno e lar residencial para pessoas com deficiência, cantina social, apoio domiciliário, clínica de fisioterapia, clínica de consultas, análises clínicas e exames complementares de diagnóstico, radiologia, colonoscopia e endoscopia, que ocuparam o espaço do complexo do hospital de S. José; não descurando, no entanto, a sua primitiva igreja, as suas responsabilidades religiosas, o Lar de Infância e Juventude Cerqueira Gomes, ou o Lar para idosos, Soares Pereira.

Figura 5. Complexo Vila Gerações



122

Fonte. Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez.

Do ponto de vista arquivístico, o interesse demonstrado pelo provedor da Santa Casa, o Padre Arieiro, na segunda metade do século XX, pela documentação, e posteriormente, já no século XXI, por duas investigadoras, Odete Ramos e Lúcia Afonso, levou a que este fosse olhado com maior preocupação e cuidado. Explorado do ponto de vista historiográfico, havia também a ambição de o tratar arquivisticamente, o que acabou por nunca ser levado a cabo. Para isso contribuía a falta de espaço e condições adequadas. Conseguiram, no entanto, que todo o acervo fosse transferido do sótão do hospital de S. José, onde acabara arrumado ao século passado, devolvendo-o à sua localização primitiva, a Casa do Consistório (Afonso, 2011, p. 7-17).

Figuras 6 e 7. Armários do período moderno existentes na Casa do Consistório

Fonte. Fotografias da autora.

123

No ano de 2024 a provedoria tomou a iniciativa de investir num arquivo histórico que conserve com a maior segurança e competência o seu acervo arquivístico, tornando-o acessível ao público e à comunidade. Ao mesmo tempo, pretende-se que os serviços de arquivo deem atenção e ajuda na organização do arquivo intermédio e corrente. Note-se que, atualmente, dado o crescimento da instituição, a documentação produzida diariamente pelos vários serviços da mesma atinge elevadas proporções e impera organizá-la e guardá-la convenientemente.

Desta forma, investiu-se na criação do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, em espaço próprio, o qual conta com sala de leitura, sala de tratamento e sala de depósito com estantes compactas, que permitem potenciar o espaço disponível, reduzindo o número de corredores.

Figura 8. Área de guarda do acervo do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez**Fonte.** Fotografia da autora.

Antes da transferência da documentação e uma vez que se verificou que alguns volumes estavam infestados por bibliófagos, considerou-se essencial realizar um tratamento por atmosfera modificada, uma anoxia.⁶ Posteriormente, a documentação foi então transferida do local onde se encontrava armazenada, em armários de madeira, no consistório da igreja, para um espaço adaptado para a sua conservação. O acervo encontra-se atualmente nos processos de limpeza, inventariação, para posteriormente ser feita a sua catalogação, atribuição de cotas e abertura ao público.

⁶ Trata-se de um processo em que a documentação permanece fechada durante um mês, numa bolha, sendo retirado todo o oxigénio.

Figura 9. Documentação durante o processo de anóxia

Fonte. Fotografia da autora.

Conclusão

Como referimos anteriormente, o Arquivo da Misericórdia de Arcos de Valdevez preserva diversos documentos. Começando por aqueles que são referentes à “Casa”, encontramos livros de atas, livros de eleições, livros de receitas e despesas, que nos permitem acompanhar a vida quotidiana da instituição, assim como livros do cofre, livros das capelarias, tombos, inventários, que nos permitem conhecer os bens patrimoniais da instituição, assim como perceber a evolução arquitetónica e urbanística dos espaços da Santa Casa. Além disso, existem livros dos “partidos”, quer da casa, quer do hospital, ou seja, dos profissionais que trabalhavam na Misericórdia no período moderno e contemporâneo. Além disso, como a Misericórdia administrava o primitivo hospital de S. José, através dos seus livros conseguimos perceber quem eram os enfermos, os defuntos, assim como os bens que o próprio hospital possuía e de onde recolhia receitas para a sua administração. Conservam-se, também, livros de contabilidade distintos, para o legado do Abade de Cabreiro, assim como para a mordomia de Nossa Senhora da Porta e a capela de Nossa Senhora da Humildade.

Além do arquivo histórico da instituição, a Misericórdia de Arcos de Valdevez conserva uma importante Biblioteca composta por várias dezenas de exemplares de

Livro Antigo, assim como periódicos, dicionários, livros de medicina, livros de direito, romances, poesia, entre outros temas, que foi congregando ao longo dos últimos 430 anos e que pertenceram a oficiais, provedores, mas também que integraram as bibliotecas pessoais de alguns dos seus benfeiteiros, como é o caso de Manuel Cerqueira Gomes.

Através das páginas anteriores percebemos como a Misericórdia de Arcos de Valdevez se foi reinventando, ao longo dos últimos séculos, e de que forma isso impactou o seu acervo documental e os seus bens patrimoniais. A instituição foi-se modernizando e procurando adaptar-se às necessidades sociais da população local. Mas a par dos novos projetos na área da saúde, infância, velhice e deficiência, a Mesa Administrativa da Misericórdia de Arcos de Valdevez procura, também, fazer uma forte aposta na cultura, através de cujo movimento, se relaciona com a sociedade, o que se comprava pela criação de um Gabinete Cultural e do Arquivo da Misericórdia de Arcos de Valdevez.

Fontes documentais

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez

Livro de Termos 1726-1754.

Livro de Termos 1769-1788.

Livro de Termos 1816-1831.

Livro de Actas 1878-1896.

Livro de Actas 1896 a 1914.

126

Referências

AFONSO, Maria Lúcia. **História da Misericórdia de Arcos de Valdevez, séculos XVI/XVII.** Arcos de Valdevez: Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2022.

AFONSO, Maria Lúcia. Casa Cerqueira Gomes. **Revista Caminhos**, Arcos de Valdevez, n. 5, p. 36-39, 2019.

AFONSO, Maria Lúcia. José António Soares Pereira. O Retrato de um Benemérito. **Revista Caminhos**, Arcos de Valdevez, n. 1, p. 38-43, 2014.

AFONSO, Maria Lúcia. A Documentação do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez: tipologia e estado de conservação. In RAMOS, Maria Odete e AFONSO, Maria Lúcia. **Génese e Organização das Misericórdias. Actas das Jornadas de Estudos da Misericórdia de Arcos de Valdevez.** 1º ed. Arcos de Valdevez: Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2009, p. 7-17.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo. O Pulsar das Misericórdias: os arquivos privados e a sua

preservação. In BARROSO, Véra Lucia Maciel; ARAÚJO, Maria Marta Lobo (Org.). **Arquivos de Misericórdias de Portugal e do Brasil**: patrimônios a conhecer e preservar, 1. ed., Porto Alegre: EVANGRAF/ISCMPA, 2024, p. 12-17.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo. Um itinerário de investigação: os arquivos das Misericórdias portuguesas da Idade Moderna. **Revista da Misericórdia de Braga**, n. 9, p. 101-122, 2013.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo. Os arquivos das Misericórdia do Alto Minho: um itinerário de investigação. **Cadernos Vianenses**, Tomo 40, p. 357-358, 2007.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo. As Misericórdia do Alto Minho no contexto da Guerra da Restauração. **Revista Portuguesa de História**, vol. 1, n. 36, p. 461-473, 2003-2004.

ARIEIRO, José Borlido Carvalho. **Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez**: 4º Centenário, 1595-1995, 4. ed. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2008.

FERNANDES, Paula Sofia Costa. O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel. In BARROSO, Véra Lucia Maciel; ARAÚJO, Maria Marta Lobo (Org.). **Arquivos de Misericórdias de Portugal e do Brasil**: patrimônios a conhecer e preservar, 1. ed. Porto Alegre: EVANGRAF/ISCMPA, 2024, p. 46-71.

FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves. **A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista**. 2014. Tese de doutoramento (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2014.

FONSECA, Teresa. O Arquivo Histórico da Santa Casa de Montemor-o-Novo. In BARROSO, Véra Lucia Maciel; ARAÚJO, Maria Marta Lobo (Org.). **Arquivos de Misericórdias de Portugal e do Brasil**: patrimônios a conhecer e preservar, 1. ed. Porto Alegre: EVANGRAF/ISCMPA, 2024, p. 72-85.

LOPES, Maria Antónia. O Arquivo da Misericórdia de Coimbra: produção de documentação, produção de conhecimento. In BARROSO, Véra Lucia Maciel; ARAÚJO, Maria Marta Lobo (Org.). **Arquivos de Misericórdias de Portugal e do Brasil**: patrimônios a conhecer e preservar, 1. ed. Porto Alegre: EVANGRAF/ISCMPA, 2024, p. 18-45.

LOPES, Maria Antónia. **Na rota da 3º invasão francesa: o concelho de Mangualde e as suas vítimas**. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 2011a.

LOPES, Maria António. Sofrimentos das populações na terceira invasão francesa. De Gouveia a Pombal. In COELHO, Adelino de Matos e FONSECA, C. A. **O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular**, vol. III, 1. ed. Carnaxide: Direcção de História e Cultura Militar do Exército, Tribuna da História, 2011b, p. 299-323.

NEVES, Liliana Andreia Valente. **Caminhos que se cruzam: o auxílio das Misericórdias aos peregrinos e viajantes no Norte de Portugal (séculos XVII e**

XVIII). Tese de doutoramento (Doutoramento em História) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2023.

PINTO, Sara. **Santa Casa da Misericórdia de Caminha: 500 Anos.** Caminha: Santa Casa da Misericórdia, 2015.

RAMOS, Maria Odete. **A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez:** caridade e espiritualidade (séculos XVII e XVIII). Arcos de Valdevez: Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2015.

RAMOS, Maria Odete; AFONSO, Maria Lúcia. **Documentação da Capela da Senhora da Humildade. Igreja da Misericórdia de Arcos de Valdevez (1596-1651). Estudo Histórico e Transcrição Documental.** Arcos de Valdevez: Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2009.

SÁ, Isabel dos Guimarães. As Misericórdias do Estado da Índia (séculos XVI-XVIII). In **PEREZ, Rosa Maria (Coord.).** **Os Portugueses e o Oriente:** História, itinerários, representações. Lisboa: Dom Quixote, 2006, p. 86-112.

SUBTIL, Carlos. A presença e ação de religiosas e enfermeiros no hospital da Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez (1885-1973). **Revista Caminhos**, Arcos de Valdevez, n. 11, p. 40-48, 2024.